



Ata da reunião do Movimento Municípios pela Paz, 11 junho de 2019

Presidente da Câmara Municipal do Seixal – Joaquim Santos

O Senhor Presidente da Câmara Municipal do Seixal deu início à reunião saudando o Conselho Português para a Paz e Cooperação – CPPC e os municípios presentes que passou a enunciar: Alpiarça, Cuba, Évora, Fundão, Grândola, Lagoa, Lagos, Loulé, Loures, Maia, Moita, Montemor-o-Novo, Moura, Seixal, Sobral de Monte Agraço, Soure, Reguengos de Monsaraz, Torres Vedras e Setúbal. Congratulando-se com a presença de novos municípios lembrou a ordem de trabalhos deste encontro:

- **Apresentação das atividades promovidas pelos Municípios no âmbito do Movimento;**
- **Recolha de contributos para próximas iniciativas – Concerto pela Paz;**
- **Sessão sobre a situação da Palestina.**

Presidente do Conselho Português para a Paz e Cooperação – Ilda Figueiredo.

Apresentou os membros da direção presentes: Zulmira Ramos, Armando Farias e o Vice-presidente do movimento Amílcar Silva e fez a apresentação do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pelo CPPC em prol da Paz nos diversos municípios do País.

Salientou a importância que o CPPC reconhece ao Movimento dos Municípios pela Paz, que resultou do interesse dos municípios portugueses em se envolverem em ações em prol da Paz. Informou que o CPPC tem trabalhado em vários municípios a Educação para a Paz, nomeadamente através da realização de debates e exposições sobre temas diversos, como sejam a necessidade do desarmamento nuclear, a explicação do que foram as guerras mundiais e os seus efeitos devastadores. Referiu ainda a comemoração dos 45 anos do 25 de abril e dos 43 anos da Constituição da República Portuguesa. A importância do 25 de abril para o fim da Guerra Colonial, logo uma ação de Paz. Mas também a importância e apoio que dão a povos em luta como o Sahara Ocidental e a Palestina. No âmbito da Educação para a Paz realizaram com a Câmara Municipal de Gaia uma marcha pela Paz, com o envolvimento de crianças e jovens. Com o apoio de um conjunto de artistas elaboraram uma exposição que tem andado por diversos municípios do Algarve. Em Vila Nova de Gaia no âmbito da 3ª bienal de arte têm uma exposição que envolveu 49 artistas com obras sobre a Paz e os Refugiados.

No âmbito cultural e em colaboração com as autarquias, associações e escolas de artes e artistas têm realizado concertos pela Paz. Este ano já organizaram 3 concertos, no Porto, Vila Nova de Gaia e em Coimbra, tendo agendados mais concertos, um para Porto e outro em Lisboa, havendo ainda a possibilidade de realizarem também concertos em Loulé, Coimbra e Seixal, para o segundo semestre. No Porto com o apoio da Câmara realizaram, por altura do 25 de Abril uma ação político cultural que envolveu 15 associações, da cidade, na organização de debates a que associaram música e poesia. Assinalaram os 43 anos da Constituição

através de debates com intervenções de ex-deputados constituintes, que trouxeram para cima da mesa as questões da Paz, do Desenvolvimento, do Progresso e da Solidariedade entre os Povos.

No âmbito de uma reunião, realizada na Casa da Paz em Lisboa, com as 12 organizações que prepararam o Encontro pela Paz apresentou 3 propostas ali decididas:

- 1) Realização, no final de maio de 2020, de um novo Encontro pela Paz, num município que queira acolher esta iniciativa, que no ano passado foi em Loures e que envolveu 50 instituições e a participação de 700 pessoas;
- 2) A 23 de outubro, em Lisboa, organizarão uma iniciativa conjunta que assinalará os 45 anos da Revolução de Abril, com uma palestra em torno do fim da guerra colonial, convidando a estarem presentes os embaixadores dos Países que conseguiram a independência de Portugal após o 25 de Abril;
- 3) Pretendem também realizar uma Petição em torno da assinatura por Portugal do Tratado de Proibição das Armas Nucleares, que no ano passado o CPPC já realizou a nível nacional recolhendo cerca de 13.000 assinaturas que fizeram chegar à Assembleia da República. Propondo-se que a partir de outubro lançasse uma nova Petição em torno deste mesmo objetivo, tendo em conta que a Santa Sé foi a primeira instituição a aprovar este tratado e que é necessário que seja assinado e ratificado pelos diversos Países, nomeadamente Portugal. Atualmente 40 Países já assinaram o documento que precisa de ser assinado e ratificado pelo menos por 50 Países.

O Sr. Presidente da autarquia do Seixal e do MMPP, agradeceu a partilha das iniciativas já realizadas e a realizar pelo CPPC, com os municípios e outras instituições parceiras, salientando o grande Encontro pela Paz a realizar em maio do próximo ano, depois o debate em Lisboa sobre a descolonização em torno da comemoração dos 45 anos do 25 de abril e a nova petição a lançar, para que Portugal subscreva o Tratado de Proibição de Armas Nucleares.

Sublinhou a disponibilidade de materiais e elementos para desenvolvimento de iniciativas sobre a temática da Paz e de seguida deu a palavra aos municípios presentes.

Vereador da Câmara Municipal da Maia – Paulo Ramalho.

O Município da Maia disponibilizou-se para acolher o Encontro da Paz no próximo ano. De seguida fez referência à iniciativa de foto-jornalismo “Maia World Press Photo” que se realiza em Lisboa e na Maia e retrata acontecimentos do ano anterior, alguns deles que têm a ver com a sustentabilidade e a Paz, pelo que aborda conflitos e apela à reflexão. No ano passado foi associado o evento aos ODS e durante essa exposição também realizam um conjunto de conferências sobre o tema. Sendo que uma das iniciativas que gostariam de integrar na próxima iniciativa, que será em Novembro deste ano, seria uma Palestra sobre a Paz e que nesta sequência o poderiam fazer com o CPPC e o MMPP.

Presidente da Câmara Municipal da Moita – Rui Garcia

O Município da Moita demonstrou a disponibilidade em participar nas diversas iniciativas previstas pelo movimento. Vão assinalar algumas das datas mais significativas para o Movimento através de iniciativas com a comunidade escolar. Sendo que irão renovar o protocolo com o CPPC, para darem continuidade às atividades de Educação para a Paz nas escolas da Moita .

Vereadora da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço – Carla Alves.

O Município de Sobral tem intenção de continuar as iniciativas no âmbito da juventude e do desporto ligadas à temática do movimento, mostrando disponibilidade para participar nas outras iniciativas promovidas pelo Movimento.

Vereadora da Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz – Lurdes Balola

Informou que Reguengos pretende dinamizar iniciativas junto da comunidade escolar mas também com as associações e coletividades de carácter cultural, envolvendo a comunidade escolar e os jovens pois consideram que através deles a temática poderá seguir mais longe.

Vereadora da Câmara Municipal de Soure – Manuela Santos.

Soure fez referência ao privilegio da visita que realizaram à Palestina este ano no âmbito do MMP. No quadro das comemorações dos 45 anos do 25 de Abril irão realizar a iniciativa Pangeia, direccionada para a juventude e convidaram os jovens das autarquias do Movimento para participarem nesta iniciativa e que a Câmara de Soure suportaria todas as despesas. O tema global é a sustentabilidade e a Paz marca presença. Nesta iniciativa e à semelhança do ano anterior pedem a colaboração do CPPC. Irão pedir ao agrupamento e escolas de Soure que integrem o tema da Paz nas temáticas a desenvolver nas suas escolas.

Vereadora da Câmara Municipal de Seixal – Manuela Calado.

Confirmou o interesse em dar continuidade aos projetos desenvolvidos com as escolas na área da Paz dando o exemplo do projeto Povos Culturas e Pontes. Reafirmou o interesse de trabalhar esta temática nas escolas e na comunidade municipal. Fez ainda referência à realização de um seminário sobre os ODS até ao final do ano, e ao acolhimento de um grupo de jovens da Palestina que irão participar na Colónia de Férias da Escola Secundária Dr. José Afonso, constituindo-se certamente um grande momento de partilha.

Ressalvou que independentemente das divergências políticas que possam haver, há um tema que une todos os municípios que é a Paz e o trabalho em torno da Paz, que nos irá permitir continuar juntos e a trabalhar quer seja na Palestina quer seja noutros locais. Considerando a Paz um desígnio de todos os municípios.

Técnico do Gabinete de Apoio à Presidente da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo – Carlos Almeida.

Cumprimentou todos os presentes e referiu a sua satisfação pelo número cada vez maior de Câmaras no Movimento. Referiu que Montemor estará disponível para acolher o Encontro da Paz em 2020. Mais informou que irão desenvolver um conjunto de atividades, na Feira da Luz, sobre a Guerra e a Paz no âmbito da comemoração dos 45 anos do 25 de Abril e que gostariam que o MMPP e o CPPC se fizessem representar. Uma das atividades previstas contará com uma biblioteca humana, através do núcleo de Montemor da liga dos ex-combatentes que vivenciaram a guerra e uma outra atividade será de carácter desportivo. Em 25 e 26 de outubro irão ter na Biblioteca Municipal um conjunto de atividades sobre a guerra colonial com alguns autores que vivenciaram esta realidade.

Vereador da Câmara Municipal de Setúbal – Ricardo Oliveira.

Setúbal cumprimentou os presentes e considerou que esta é uma temática trabalhada por Setúbal transversalmente. Que este ano alargaram a parceria para além da URAP-União Resistentes Antifascista Portugueses ao CPPC . Foram parceiros com o IPS na construção do Roteiro Anti-racista para assinalarem os 150 anos da abolição da escravatura em Portugal. Prosseguem um trabalho permanente no Bairro da Bela Vista que consideram ser a sua maior marca do trabalho pela Paz , que tem tido reflexos muito positivos garantindo a Paz Social. Através deste projeto desenvolvem atividades de valorização dos bairros e das competências dos seus moradores, promovendo o ambiente saudável que se vive nestes bairros, sendo disso sinal a ausência de notícias na comunicação social. Estão envolvidos na preparação da próxima edição do Kids-Guernica, um projeto desenvolvido pela Associação de Municípios da Região de Setúbal, que considera um trabalho de referência na promoção da Paz junto dos mais novos.

Têm a decorrer a festa da ilustração em que homenageiam Tignous, um dos ilustradores assassinados no Charlie Hebdo. Irão continuar a trabalhar com as escolas a temática da Paz. Relativamente à iniciativa Encontro pela Paz manifestaram interesse em receber o Encontro em Setúbal no próximo ano, tal como já haviam dado conta à organização deste evento.

O Vereador Ricardo informou ainda que participou no primeiro encontro latino-americano de governos locais e democracia participativa, onde estiveram autarcas de toda a América Latina. A situação da América Latina e o respeito pelas nações indígenas esteve em reflexão bem como o desenvolvimento dos povos. Neste sentido considerou importante a solidariedade com a América Latina tendo em conta alguns dos desenvolvimentos mais recentes e algumas perspetivas mais preocupantes naquelas regiões.

Técnica da Câmara Municipal de Torres Vedras – Elsa Neto.

Agradeceu o convite e enquanto técnica do Centro Local de Apoio aos Imigrantes referiu que já passaram pelos seus serviços mais de 15 000 pessoas imigrantes que dizem que vêm para Portugal à procura de Paz e que vai propor ao seu município a adesão a esta rede, que considerou de toda a pertinência.

Presidente da Câmara Municipal de Alpiarça – Mário Pereira.

Agradeceu o convite, considerando muito agradável poder constatar a quantidade de iniciativas que estão a ser desenvolvidas em prol da Paz, um dos maiores desígnios do Poder Local e que Alpiarça procura incutir este espírito em todas as suas atividades. A Paz a Solidariedade e a Democracia são valores trabalhados em Alpiarça. Na sequência desta reunião irão propor a adesão formal ao Movimento e procurarão de forma consciente calendarizar iniciativas dirigidas ao calendário do movimento, envolvendo a comunidade educativa. Valorizou as atividades desportivas pela Paz considerando que o ano de 2020 é rico em oportunidade evidentes para assinalar a Paz com o apoio também do CPPC.

Chefe de Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Cuba – José Cabrita.

Referiu que Cuba realizou recentemente a Feira do Cante e das Tradições, onde promoveram um encontro de culturas, com representação de outros países nomeadamente Cabo Verde, e considerou esta uma forma privilegiada para trabalhar a Paz. No Dia Internacional da Paz irão realizar uma iniciativa sobre a temática,

neste caso incidindo sobre a questão da Palestina depois da viagem realizada e da experiência vivida. Considerando que a sensibilização da comunidade municipal para esta questão é de toda a importância.

Vereadora da Câmara Municipal de Fundão – Maria Alcina Salvado.

Cumprimentou os municípios do Movimento, referindo que também tinham disponibilidade para receber o Encontro da Paz mas que poderia ficar para 2021. No âmbito da visita realizada à Palestina gostariam de realizar um encontro com todos os municípios do movimento e que cada um levasse terra do seu município para realizarem uma atividade simbólica de Paz, dado que trouxe terra também da Palestina. Relativamente à Paz considera que todos são importantes na construção da Paz. Informou que neste âmbito realizam no Fundão várias iniciativas e que, sendo um município de emigrantes, neste momento estão abertos a receber quem queira ir viver para o seu território. Estão a envolver as escolas neste processo de abordagem da Paz e da Sustentabilidade. Estão a envolver também as escolas nas iniciativas comemorativas dos 45 anos do 25 de Abril, considerando que os jovens vieram enriquecer estas atividades.

Há algum tempo homenagearam uma imigrante ucraniana, que reside há alguns anos no Fundão e que tem sido um elemento muito importante para a coesão do território. Criaram um Centro para as Migrações e atualmente têm uma sala ecuménica por terem gente oriunda de vários Países, nomeadamente do Nepal Bangladesh, Cabo Verde, Eritreia, Síria entre outras nacionalidades. Comemoram o Natal através de eventos partilhados com todas as comunidades. A participação dos refugiados em ações nas escolas e na comunidade e os projetos artísticos têm sido facilitadores da sua integração. Têm um plano de ação que irão enviar posteriormente, e manifestaram interesse em receber as exposições do CPPC.

Presidente da Câmara Municipal de Évora – Carlos Pinto Sá.

A Câmara de Évora, cumprimentou os presentes e salientou a relevância da missão à Palestina cuja experiência deve ser partilhada. Dado que Évora assinalou em 2018 os 100 anos do final da 1ª Guerra realizaram várias iniciativas para assinalar o tema da Guerra e da Paz. Envolveram as Escolas e outras instituições públicas e privadas na abordagem do tema em diversas atividades. Colocaram a semente de uma árvore, que veio de Hiroxima - uma semente que resistiu ao bombardeamento-, que ocupa um lugar significativo num jardim público. No âmbito da Feira de S. João fizeram um conjunto de atividades, nomeadamente a apresentação de um levantamento do número de homens da região que morreram na 1ª Grande Guerra. Foi realizado um mural, com os nomes e origens dessas pessoas, associado a um conjunto de elementos ligados à 1ª Guerra. Receberam o aniversário da Força Aérea e nesta medida salientaram as suas missões de Paz.

Considerou que em 2019 poderá haver uma quebra das atividades sobre a Paz, relativamente às realizadas em 2018, no entanto estão disponíveis para participar nas atividades que o Movimento entenda realizar e muito especialmente o CPPC. No âmbito da preparação da candidatura de Évora a Capital Europeia da Cultura pretendem apresentar um projeto no qual a Cultura e a Paz estarão interligados, pelo que o aspeto da Paz será sempre um elemento a trabalhar e a desenvolver. Mais referiu que pretende também, no âmbito da Associação de Municípios do Alentejo Central, onde participa com o colega de Reguengos, apresentar o Movimento e sensibilizar os colegas da região para as questões da Paz e eventualmente a fazerem a sua adesão.

Vereadora da Câmara Municipal de Grândola – Carina Batista.

Demonstrou interesse em conhecer melhor as atividades do movimento, ouvir as suas ideias e propostas, e manifestou interesse em organizar neste último semestre, para assinalar o dia 21 de setembro, uma caminhada, na medida em que considera o desporto um meio importante para a abordagem da Paz. E afirmou que no próximo ano estarão presentes de forma mais ativa, pretendendo acolher exposições do CPPC.

Vereadora da Câmara Municipal de Lagoa – Anabela Silva.

Cumprimentou os presentes salientando a organização da Câmara do Seixal desta iniciativa e da viagem à Palestina, que foi uma experiência inesquecível que considera importante partilhar. Relativamente às iniciativas, têm anos temáticos e nesse âmbito no mês passado apresentaram um livro sobre a guerra colonial e as consequências da mesma, pois este ano é o da inclusão. Dinamizam anualmente o mercado das culturas, por serem um local de convergência de diversas culturas, constituindo-se este mercado como uma oportunidade para todos participarem em conjunto e vivenciarem as diversas culturas. A nível do desporto receberam no ano passado um grupo de Israelitas pois consideram que desta forma também se trabalha a Paz. Estão disponíveis para receber jovens palestinos. No próximo ano letivo, que terá como temática o ar, a questão das armas nucleares será uma matéria a trabalhar. Logo que seja possível farão chegar mais atividades a desenvolver.

Vereadora da Câmara Municipal de Lagos – Sara Coelho.

Cumprimentou os presentes e manifestou que foi com grande prazer que aceitaram o convite para estarem presentes. E que pretendem aderir ao Movimento dado que, pese embora estarem presentes representantes de várias forças políticas, a Paz é um elemento de referência para todos os municípios. Informou que os municípios do Algarve têm uma grande comunidade estrangeira e que em Lagos cerca de 25% da sua população é estrangeira. Tendo por isso um município multicultural e que pugnam pela Paz e pela Tolerância. Realizam várias iniciativas que têm a Paz como temática, nomeadamente a Educação para a Tolerância e considerou que é importante sentir que a Educação para a Paz não esteja apenas centrada nos jovens mas educando a população em geral para esta temática, com o envolvimento do Universidade Sénior, que integra nos seus órgãos sociais pessoas oriundas de outras países.

Lagos tem um dos três únicos museus da escravatura que existem no mundo, há um em Lagos, um no Brasil e um em Angola. E referiu que deixaram de esconder esta questão assumindo esta ocorrência e mostrando o que foi esta época em que a Paz não reinava e as pessoas não eram consideradas iguais entre si, alertando para o que não deve acontecer. Este ano estão a comemorar com Loulé e com o Centro Nacional de Cultura sob a chancela do Sr. Presidente da República o centenário do nascimento de Sophia de Mello Breyner Andersen grande defensora da Paz, e que estão a realizar muitas iniciativas em torno da Paz, com atividades culturais e debates. Por tudo isto disse que irão formalizar a adesão ao Movimento e que estão disponíveis para desenvolver atividades em conjunto com o Movimento.

Vereadora da Câmara Municipal de Loulé – Ana Machado

Referiu que continuam a dinamizar a Educação para a Paz e a Cultura da Paz. Tratando estas temáticas desde as creches e de forma interligada à Rede de Cidades Educadoras. Este ano no encontro das Cidades Educadoras e no âmbito da iniciativa “Bora lá ao Parque” as crianças expressaram através da pintura, em papel de cenário, o que era para si a Paz. Informou que 3 turmas das escolas secundárias de Loulé foram à Polónia participar na comemoração dos 74 anos do encerramento do Campo de Concentração de Mauthausen. Esta viagem foi o culminar do trabalho desenvolvido pelo professor Fernando Rosa, que esteve no CCB, sobre os trabalhos forçados dos portugueses no terceiro Reich, que conseguiram levar para Loulé e no qual descobriram Louletanos no cenário concentracionário nazi. Os jovens trabalharam e aprofundaram esta temática e o culminar foi a visita ao campo de concentração, e a este propósito referiu que se alguém sabe o que não quer que se repita são aqueles jovens que lá estiveram. E terminou a sua intervenção manifestando também a disponibilidade de Loulé para receber jovens da Palestina no mês de Agosto.

Técnica da Câmara Municipal de Loures – Carla Lopes.

Cumprimentou todos os presentes referindo a sua satisfação em ver tantos municípios disponíveis para acolher a iniciativa Encontro para Paz que será certamente um marco para todos e uma marca para o município que o acolher, como foi para Loures.

Loures comemorou o Dia Internacional da Mulher com a temática da Paz em parceria com o CPPC e tem também dinamizado atividades e debates sobre a Paz nas escolas. No dia 20 de junho, por ocasião das comemorações do dia Mundial dos Refugiados, e porque têm instalado no seu município o Centro Português para os Refugiados estão a articular com este Centro o assinalar desta data através do acolhimento de cerca de 15 refugiados nos Paços do Concelho. Esta será uma atividade que irão divulgar no site da Câmara Municipal e que será também divulgada pelo Centro Português para os Refugiados no site da sua instituição.

Mais referiu que esta temática está nas prioridades do Município de Loures e que o Sr. Presidente da Câmara de Loures não estava presente por impossibilidade de agenda, dado que faz questão de acompanhar o mais possível as atividades do Movimento.

O Sr. Presidente da Câmara do Seixal agradeceu e considerou muito importante a partilha que ali aconteceu, considerando várias das iniciativas dos diversos municípios muito interessantes para serem replicadas no Seixal também.

Deu depois a palavra à Dra. Ilda Figueiredo que sublinhou o imenso trabalho que está a ser feito na defesa da Paz e que é muito importante reforçar este trabalho. Fez referencia ao Apelo da Paz que surgiu do ultimo encontro pela Paz. Agradeceu as disponibilidades manifestadas pelos municípios presentes e referiu que iria ver com as diversas organizações sobre quem reúne as melhores condições para organizar o evento pois a questão da mobilidade é sempre um aspeto que preocupa bastante a organização, pelo que é importante ouvir as organizações parceiras e em função disso definir então o local. Salientou também três linhas de trabalho que queriam realizar com o Movimento desde logo as exposições que poderão partilhar, as atividades nas escolas e o trabalho dos artistas pela Paz.

Informou que também no final de Julho estarão em Portugal dois jovens de Campos de Refugiados do Sahara Ocidental que irão estar em Lisboa e no Porto, tratando-se de um povo que também está em luta e para o

qual é necessário solidariedade. E terminou agradecendo ao Município do Seixal pelo acolhimento deste encontro de municípios.

O Sr. Presidente da Câmara do Seixal e do MMPP considerou de toda a pertinência assinalar as atividades previstas nos compromissos. Referindo também como importante a adesão formal ao movimento, para a qual basta uma deliberação da Câmara Municipal. Mais informou que o Município do Seixal está a trabalhar na construção de um site e que nos próximos meses apresentará uma proposta.

Posteriormente convidou todos a participarem na segunda parte deste encontro onde se abordará a situação da Palestina no quadro da primeira missão do Movimento Municípios pela Paz e do que se testemunhou naquele País.

Programa da Sessão sobre a situação da Palestina

- Abertura da sessão com enquadramento do tema pelo Presidente da Câmara Municipal do Seixal e do Movimento de Municípios pela Paz;
- Apresentação do CPPC e do trabalho desenvolvido na promoção da Paz e o seu contributo para a defesa da Questão Palestina;
- Comunicação da Câmara do Seixal a propósito da Missão do Movimento de Municípios pela Paz à Palestina;
- Apresentação do trabalho desenvolvido pelo Movimento pelos Direitos do Povo Palestino e pela Paz no Médio Oriente- MPPM;
- Apresentação do trabalho desenvolvido pelo BDS em Portugal;
- Apresentação do Movimento Internacional BDS - Boicote, Desinvestimento e Sanções;
- Intervenção do Sr. Embaixador da Palestina;
- Encerramento da sessão e do encontro pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal do Seixal e do Movimento.

O Sr. Presidente Joaquim Santos deu início à sessão sobre a Palestina, com a introdução da temática, passando a palavra a Helena Palacino, da Câmara Municipal do Seixal, que fez uma apresentação sobre a missão do Movimento à Palestina da qual se concluiu:

1. A existência de check-points em território palestino e controlados por militares de Israel;
2. Estradas cortadas por cancelas fixas, controladas pelo exército israelita;
3. A existência de centenas de colonatos israelitas, situados no cimo dos montes e nos locais com melhores condições para a prática de agricultura, os colonatos e as áreas B e C, definidas nos acordos de Oslo, diminuem o território controlado pela Palestina e fazem do mapa atual da Palestina

um aglomerado disperso de territórios que impedem uma continuidade territorial, fragilizando a vida e a resistência na Palestina;

4. A obrigatoriedade dos palestinos pedirem autorização à potência ocupadora – Israel – para o usufruto da terra e dos recursos naturais na Palestina. Que nas zonas B e C são proibidas as captações de água, sendo esta fornecida por Israel, depois de captada na Palestina.
5. Racionamento da água - os palestinos têm acesso à água através de abastecimento efetuado por Israel quinzenalmente (um dia de 15 em 15 dias), pelo que é necessário que as pessoas coloquem no cimo das suas casas reservatórios para armazenamento da água, sendo esta uma forma de distinguir as casas de palestinos dos israelitas.
6. A existência de um muro que divide o território, e com ele divide povoações e famílias, a existência de estradas onde só têm permissão de circular veículos de Israel, tendo realizado túneis por onde acedem às suas casas e terras os palestinos, colocando esta população numa situação de Apartheid no seu próprio País;
7. A existência de campos de refugiados, onde vivem milhares de pessoas em condições precárias. 70% da população da Palestina encontra-se nestes campos que recebem apoio por parte da ACNUR – Agência das Nações Unidas para os Refugiados.
8. Fornecimento de energia elétrica com interrupções. Existem lugares, especialmente nas zonas rurais, onde a população foi sujeita a cortes de fornecimento de água e de eletricidade e onde é a Comissão de Luta Contra o Muro que está a apoiar a comunidade para evitar, que tenham de abandonar as suas casas.
9. Em muitas regiões, os agricultores são impedidos do acesso às suas terras e há impedimento dos pastores de acederem às melhores pastagens para alimentação do seu gado, pois os melhores terrenos são escolhidos para assentamentos de novos colonatos.
10. Divisões de cidades - Hebron tem um check-point para entrar numa das zonas que foi ocupada por Israelitas – esta parte da cidade não está habitada, simplesmente as pessoas foram expropriadas das suas casas que permanecem vazias. A Cidade de Hebron não foi entregue a Israel, não faz parte de nenhum tratado, foi simplesmente tomada, invadida.
11. Impedimento dos palestinos acederem livremente ao Hospital Islâmico, em Jerusalém Oriental, gerido por uma ONG e financiado pela Palestina. Mesmo em caso de emergência extrema em que o doente seja transportado numa ambulância tem que ser efetuado o transbordo para uma ambulância israelita. Estas situações têm ditado a morte de várias pessoas, pelo tempo que se perde com o transbordo nos Check-points que pode ser crucial numa situação de vida ou morte.

O Sr. Presidente Joaquim Santos passou a palavra à Dra. Ilda Figueiredo que apresentou o trabalho desenvolvido pelo CPPC para a libertação dos povos de todo o mundo. Referindo a situação em que se encontra a Palestina, que conhece muito bem e que se tem vindo a agravar nos últimos anos. O CPPC tem desenvolvido uma linha de trabalho permanente há muitos anos na defesa do reconhecimento das resoluções da ONU, porque tudo é feito contra o direito internacional. E mesmo em Portugal na Assembleia da República já foi apresentada uma resolução ao governo para que reconhecesse o Estado da Palestina. O nosso Ministro dos Negócios Estrangeiros disse que não o poderia fazer enquanto a UE não o fizesse no seu conjunto. E que foi com algum espanto que o viram passado pouco tempo a tomar uma posição contrária à da UE com o reconhecimento do auto-intitulado presidente Guaidó, que nunca foi reconhecido pelo

conjunto da UE. Pelo que considerou que existem dois pesos e duas medidas em Portugal em relação ao direito internacional e ao reconhecimento do Estado da Palestina. Uma vez que existem vários países que já reconheceram a Palestina como Estado e infelizmente Portugal não o fez. Mais acrescentou que a Palestina é observadora da ONU, como resultado da diplomacia da Palestina e da solidariedade internacional. E terminou a sua intervenção referindo-se à situação na Faixa de Gaza que é pior ainda do que a que os municípios do Movimento viram, pois o objetivo de Israel é impedir que os Países reconheçam o Estado da Palestina o que considerou inaceitável.

O Sr. Presidente Joaquim Santos agradeceu a intervenção e de seguida passou a palavra a Carlos Almeida do CPPC. Que agradeceu ao movimento e à Câmara Municipal do Seixal a oportunidade de poder partilhar a mesa, saudando a iniciativa do MMPP com o envio de uma delegação aos territórios ocupados da Palestina em 1967, e que em boa hora escolheram a Palestina, porque a causa da Palestina merece essa prioridade. O nome MMPP é em si só uma mensagem pois entendem que o direito do povo palestino a constituir um Estado está intimamente relacionada com a Paz no Médio Oriente. Em todas as agressões internas nos Estado do oriente as primeiras vítimas foram sempre os refugiados palestinos e foram duplamente vitimas porque o seu estatuto é em si mesmo um estatuto de alguém que está deslocado do seu lugar de vida. O MPPM ali representado foi constituído em 2005, na sequência de um conjunto de tomadas de posição de um conjunto de individualidades portuguesas contra a construção de um muro de segregação, que o MMPP teve oportunidade de ver. A partir desse movimento informal constituiu-se esta organização que teve como primeiro Presidente da Assembleia Geral, o prémio Nobel da literatura, José Saramago e que conta hoje com Maria do Céu Guerra como Presidente, uma atriz sobejamente conhecida. A atividade do MPPM é muito ampla e desenvolve-se através da informação sobre o dia a dia do povo palestino - têm um site com uma das melhores plataformas de informação sobre o que se passa na Palestina, colaboram com várias organizações nomeadamente algumas ali representadas na mesa. Organizam campanhas de denúncia dos crimes cometidos por Israel contra o povo palestino e colaboram com várias iniciativas de organizações internacionais de solidariedade com a Palestina. Consideram que a relação com os municípios pode ser muito importante para reforçar a consciência e a solidariedade com o povo palestino.

Do mar ao rio todo o território é Palestina e deixou de ser Palestina por responsabilidade do Mundo que caucionou a criação do Estado de Israel e sobretudo a expulsão de 750 000 palestinos, e o apagamento da existência histórica do povo palestino no território que é hoje ocupado por Israel, mas que ainda assim é Palestina.

E referiu que muitas vezes alguns dirigentes de Israel usam esta expressão “são necessárias concessões dolorosas para haver Paz naquele território” mas a concessão mais dolorosa que já foi feita foi a do povo palestino que apresentou ao Mundo a possibilidade de um solução - abdicou de 80% do seu território em nome da constituição de um Estado em 20% desse território e é disso que estamos aqui a falar -A margem Ocidental do rio Jordão, a Faixa de Gaza e Jerusalém Oriental, 20 a 22% do território da Palestina e é esse território que está a ser comido todos os dias. Eu imagino que estejam presentes na sala pessoas que estiveram nesta delegação que foi à Palestina e eu acho que todos aqueles que estivemos lá saímos com uma palavra na cabeça que é a urgência! Todos os dias há uma árvore a ser ameaçada há uma casa a ser destruída há uma criança a ser presa e este sentimento de urgência deve impelir-nos a todo o tipo de ação e todo o tipo de ações porque todos os dias podemos travar o que está a acontecer. As pessoas na Palestina não estão à espera de caridade, estão à espera que respeitemos a sua dignidade e que sejamos porta vozes da sua luta,

e podemos fazer muitas coisas desde o ato de tomada de posição na Câmara Municipal, ou na Assembleia Municipal, o ato simbólico de inaugurar uma estrada, um jardim, um parque, pôr o nome da Palestina nas ruas é um ato importante, é um ato contra o esquecimento! É um ato contra o apagamento da memória, é um ato a favor do direito de um povo a ter um Estado Livre, soberano e viável e portanto um ato de combate à desinformação.

Todos os que lá estivemos viemos diferentes, aquela terra muda-nos, faz-nos diferentes e portanto transmitir essa informação a todos os que estão à nossa volta, que não viveram o que nós vivemos e que não conheceram o que nós conhecemos, transmitir essa mensagem, reforçar em Portugal o movimento de opinião pública solidário com a Causa da Palestina é o melhor que nós podemos fazer em nome das pessoas que conhecemos e que vamos guardar para sempre na memória. Todos os que lá passamos para além de todas as ações que possamos fazer devemos transformar essas ações em iniciativa política. Portugal tem uma responsabilidade na cena internacional e essa responsabilidade tem de ser assumida e sempre me habituei a ouvir que a diplomacia dos povos é a diplomacia dos municípios. Os municípios são a diplomacia dos povos são eles que representam as populações e que estão em melhor posição para dar voz aos sentimentos pela Paz, pela solidariedade e pela cooperação. E portanto a responsabilidade dos municípios é muito grande, de colocar na agenda política do País a necessidade de Portugal reconhecer o Estado da Palestina. Isto não é apenas uma questão simbólica nós começamos a ver e a ouvir a altos representantes da política Norte Americana que os Estado Unidos afirmam que reconhecem ao Estado de Israel o direito de anexação dos territórios ocupado à Palestina em 1967. Portanto reconhecermos hoje a existência de um estado da Palestina é um ato de enorme importância e portanto das pequenas às grandes iniciativas todas são importantes para alargar a informação e as sensibilidades, aos nossos munícipes aos nossos vizinhos, ao nossos colegas e amigos, para transformar essa sensibilidade em força que conta, em força política que faça com que o governo português e os órgãos de soberania em Portugal assumam a sua responsabilidade de cumprir o que está no artigo 7º da constituição “Portugal é um Estado soberano, que defende a paz, os direitos humanos, a carta das nações unidas e solidário com todos os estados que lutam pela sua independência e pela sua liberdade”. Da parte do MPPM podem contar com toda a disponibilidade, exposições, gente para falar em iniciativas. Contactem-nos para tudo em que poderemos ser úteis, pois a nossa causa é só uma a Causa do Povo da Palestina. Muito obrigado.

O Presidente Joaquim Santos agradeceu ao Professor Carlos Almeida e deu a palavra a Elsa Sertório do BDS nacional. Que agradeceu o convite e referiu que por tudo o que tínhamos acabado de ver o que se passa na Palestina são situações de crimes de guerra e de violações dos direitos humanos, que só são possíveis porque há mais de 70 anos os governos se recusam a sancionar Israel, e ainda criam acordos especiais com Israel promovendo organizações europeias como a FIFA , UEFA a Eurovisão, permitindo que Israel faça parte da ONU e tenha acento na ONU.

As grandes empresas também fazem todo o tipo de comércio com Israel nomeadamente com a venda de armamento e isso faz com que Israel continue os seus crimes de guerra impunemente. E foi perante esta incapacidade de parar os crimes de Israel que a sociedade palestina organizada em sindicatos, associações profissionais, feministas e comités de resistência popular, num total de cerca de 170 organizações, em 2005 lançaram um apelo ao mundo para que fosse feita uma campanha para Boicote, Desinvestimento e Sanções contra Israel, como uma forma não violenta de pressionar ao isolamento de Israel internacionalmente, já que os governos não o faziam, faria a sociedade civil.

Este apelo foi inspirado no movimento de solidariedade com a África do Sul, nos anos 80 e 90, que contribuiu para o desaparecimento do Apartheid na África do Sul. Ele abrange todos os domínios, não só o comercial, mas também o político, cultural, desportivo e académico. O boicote consiste em retirar ou não conceder apoio às instituições e empresas Israelitas e internacionais que tenham algum envolvimento na ocupação da Palestina; o Desinvestimento consiste em pressionar Bancos, Municípios, Universidades, Fundos de Pensões, para que retirem os seus investimentos de empresas Israelitas e internacionais, envolvidas na ocupação; e as Sanções são as campanhas para pressionar os governos a cumprirem com os suas obrigações legais, rompendo o comércio de armamento, de equipamento de segurança, rompendo os acordos comerciais e expulsando Israel das instituições ONU, UEFA, FIFA e etc. Desde em 2000, Israel já recebeu mais de oitenta milhões de euros e não é um País europeu. Os objetivos da Campanha BDS são três: Acabar com a ocupação e colonização dos territórios palestinos e conseguir o desmantelamento do muro de separação; Conseguir direitos iguais para os cidadãos do Estado de Israel quer sejam árabes ou não; Conseguir o direito de retorno aos refugiados de 48 e todos os seus descendentes que se pensa serem cerca de 5 milhões de palestinos.

Esta campanha teve início em 2005, é uma campanha importante que quase toda a gente a conhece e tem conseguido muitas vitórias, ao ponto de Israel ter no seu ministério um responsável contra a campanha BDS e criminalizar o ativismo BDS.

Em Portugal, o movimento desenvolveu-se a partir de 2008 e a sua grande vitória foi uma campanha contra um acordo que existia entre a EPAL e MECROTE empresa fornecedora de água e extratora da água palestina. Nessa campanha participaram o MPPM o CPPC e várias outras organizações que apoiam a causa Palestina, como o Fórum pela Paz, o tribunal do Iraque, a Associação Água Pública e também os grupos parlamentares do PCP e do Bloco de Esquerda, que participaram fazendo pedidos de esclarecimento ao governo português. A EPAL e o governo sempre disseram que o BDS não tinha nada a ver com aquele assunto, que a EPAL era uma empresa privada e as coisas ficaram assim. Mas em 2014 o BDS voltou a relançar a campanha porque era o ano de finalização do acordo e nesse ano a campanha apelava para que não renovassem o acordo. E em 2014 a EPAL veio então dizer publicamente que já não tinha nenhum acordo com a esta empresa desde 2010, por isso o BDS considera que esta foi a primeira vitória do BDS em Portugal. Outro caso foi quando a atual ministra da Justiça se retirou de um projeto com vários países europeus entre os quais Portugal, que envolvia a polícia Israelita, o Ministério da Segurança Pública Israelita e a universidade de Bar Ilan, sendo objetivo deste projeto unificar os métodos de interrogatório dentro da UE. Quando o governo foi pressionado, a atual ministra da justiça, que participava no projeto, retirou-se imediatamente. No plano cultural há muitos artistas que já se manifestaram a favor do boicote, fazendo campanhas e o mais espetacular que levou a mudanças na postura dos artistas foi Tiago Rodrigues – diretor artístico do Teatro D. Maria, que cancelou um espetáculo dele em Israel e assumiu publicamente que defendia a campanha BDS. Em setembro de 2010 houveram várias campanhas de entre as quais a campanha pelos direitos da LGBT que se chama “Uma Pantera Rosa” para que o festival de cinema Queer retirasse o apoio da Embaixada de Israel ao festival. Não conseguiram que o fizessem mas conseguiram que nos festivais seguintes não recebessem mais apoio da Embaixada Israelita. Em 2010 um realizador canadiano tendo conhecimento de que o festival tinha aceiteado um apoio Israelita obrigou o festival a retirar os seus filmes e a ler uma declaração sobre o boicote no lugar dos filmes. Em 2013 houve uma ação de boicote na Gulbenkian contra um grupo de músicos Israelitas “Quarteto de Jerusalém” que se considera o embaixador da política de Israel no estrangeiro e que colabora e ainda faz parte do exército de ocupação. Foram boicotados, não por serem Israelitas, mas pelas suas ligações ao regime e atitudes. Foram 20 as pessoas que na sala fizeram a ação de boicote e a Gulbenkian

decidiu nunca mais os convidar. Uma campanha, mais pequena, realizou-se em 2014 junto de lojas que comercializavam um produto produzido numa empresa situada num colonato de Israel na Palestina que ia ser transferida para uma zona onde residem os Beduínos e a Worten decidiu retirar todos os produtos desta empresa que tinham à venda. Em setembro de 2017 outro festival de cinema “Olhares do Mediterrâneo” tinha no seu cartaz o logo da embaixada Israelita e o BDS escreveu-lhes uma carta a explicar a situação da Palestina e o festival pediu desculpas pelo descuido e retirou o logo.

E terminou dizendo que a nível dos municípios e das empresas há imensas empresas boicotáveis: Caterpillar, Siemens e Hewlett Packard entre outras.

O Sr. Presidente Joaquim Santos agradeceu a comunicação e passou a palavra a Ana Sanches Mera do BDS Internacional.

Ana Mera agradeceu o convite e partilhou com todos a sua experiência que tem sido desenvolvida em Espanha junto de instituições locais. Apresentou a campanha de “Espaços Livres de Apartheid” que decorre em Espanha. Afirmou que Israel tem um regime de Apartheid, igual ao regime de Apartheid da África do Sul e que é isso que o BDS está a denunciar e que a campanha de Espaços Livres de Apartheid tenta combater de uma forma ativa. Promovendo espaços de segurança e respeito pelos direitos humanos, em que todas as pessoas tenham os mesmos direitos e possam desfrutar da mesma justiça e da mesma dignidade.

O que procuram fazer é influenciar as instituições e os municípios a garantirem e a tomarem consciência da importância de tornarem os seus territórios livres de Apartheid, valorizando os direitos humanos.

O que implica que um município seja livre de Apartheid é o compromisso de abdicar de qualquer tipo de apoio ou assistência ao regime Israelita. Esta campanha tem sido desenvolvida em municípios, mas também noutros espaços como bibliotecas, restaurantes, bares, centros culturais, centros sociais, associações de moradores, todos os tipos de espaços, porque todas as pessoas têm o direito de lutar, não só pelos direitos do povo palestino mas também tomar parte deste movimento global contra o racismo, a discriminação e a opressão que é o caso vivido na Palestina. Referiu que falam mais no caso da Palestina, não por gostarem mais da Palestina mas porque o que acontece na Palestina é uma injustiça tão grande, é uma forma de racismo institucional que só é comparável com o regime de Apartheid vivido na África do Sul. Têm por isso a responsabilidade de fazer dos nossos locais tudo o que podem para acabar com qualquer tipo de apoio a esta situação. Na construção destes espaços é importante interligar-mo-nos com outras instituições que lutam contra o racismo, a xenofobia e a opressão que é o grande objetivo do BDS.

Assim, os municípios e as associações locais têm uma grande responsabilidade na manutenção dos direitos humanos. No nosso sistema de justiça todas as instituições que fazem parte do estado, têm a obrigação de garantirem direitos iguais para todos, as Câmaras Municipais, as Assembleias, todas as instituições públicas têm essa obrigação. E cada uma dentro das suas competências tem muitas oportunidades para continuar esta defesa dos direitos humanos. Quando declaramos que a nossa Câmara Municipal é um espaço livre de Apartheid estamos a contribuir para o respeito dos direitos humanos na Palestina, estamos a fazer do nosso município um local melhor para se viver.

E como se pode operacionalizar um espaço livre de Apartheid? Falamos de coisas como incorporar nos procedimentos das nossas compras públicas o princípio ético de respeito pelos direitos humanos. Quando uma Câmara contrata uma empresa é sua obrigação garantir que esta empresa não está a proporcionar

ajuda material para que se cometam crimes de guerra. Pois essa Câmara Municipal pode estar a usar dinheiros públicos de todos os cidadãos e cidadãs para contribuir para crimes de guerra que podem acontecer na Palestina.

Em Espanha vários municípios se declararam Espaços Livres de Apartheid, temos municípios tão grandes como Cadiz, Sevilha, Valência, Barcelona e muito outros, num total de cerca de 87. São municípios que dizem claramente que não querem participar nestes crimes e que querem que a sua cidade seja um espaço livre de apoio a crimes de guerra e contra a humanidade, recusando-se a contribuir para o fortalecimento destes regimes de Apartheid. Isto não é uma coisa fácil, nem se consegue de um dia para o outro. Isto resulta de um processo, um processo de aprendizagem de tomada de consciência, nomeadamente através de viagens como a que fez o MMPP à Palestina, que contribuem para que se passe a falar de forma informada sobre o que se passa e fundamenta a decisão de fazer algo para contribuir para este processo de impedimento do avanço dos crimes cometidos por estados como Israel. E decidem trabalhar para melhorar as compras públicas que é uma medida que tem um impacto direto e tem uma mensagem política para o exterior. Nós não queremos continuar este caminho, se os governos nacionais e a UE não querem fazer nada, nós vamos fazer algo, porque nós temos poder para fazer muitas coisas a partir do nosso município.

Acrescentou que em Espanha têm diferentes tipos de compromissos, com esta campanha, dependendo do contexto sócio político, das forças políticas que tomaram parte dos governos locais. A maioria dos municípios o que tem feito é aprovar moções na Câmara declarando o seu município como Espaço Livre de Apartheid e nessas moções defendem modificar as comprar públicas para incorporarem os princípios de defesa dos direitos humanos. Assim, quando há qualquer tipo de procedimento de compra pública estas câmaras pedem às empresas que concorrem um certificado que diga que essa empresa não está envolvida em violações de direitos humanos, crimes de guerra ou crimes contra a humanidade. E desta maneira a câmara pode de alguma forma garantir que esta empresa merece ser contratada com dinheiro publico. Além disso, estes municípios aderem ao movimento global de BDS e comprometem-se a fazer a divulgação dos princípios do BDS, a organizar eventos para falar da situação na Palestina e porque acham que devem tomar esta posição de impulsionar iniciativas de solidariedade internacional. Outros municípios fazem acordos parecidos mas não falam do Apartheid, querem só centrar-se na ocupação da Palestina e o que fazem é aprovar moções que proíbem o intercâmbio comercial com qualquer tipo de de serviços e bens de produtos provenientes dos colonatos. Por exemplo a Câmara de Barcelona aprovou uma moção deste tipo e têm conseguido romper diferentes contratos com empresas que estavam localizadas nos colonatos e terminaram os contratos com estas empresas. E esta moção teve um grande impacto nos meios de comunicação em Espanha e representou uma grande oportunidade para se perceber que o que se passa na Palestina é problemático e que não podemos continuar a ter acordos comerciais com os colonatos como se isso fosse algo normal. Depois há outro tipo de compromissos que o que fazem é não trabalhar com companhias específicas por exemplo a Hewlet Packard, que em Espanha é muito solicitada para equipar com com material informático os serviços públicos. Em Dublin aprovaram também, no ano passado uma moção que proibia qualquer contrato com a Hewlet Packard, que para além de fazer os computadores é também quem desenha sistemas de reconhecimento biométrico que depois vendem a Israel para colocar nos Checkpoints, que limitam a liberdade de movimentos do povo Palestino. Pelo que uma maneira de contribuir para impedir que continue este regime de Apartheid é dizer a estas empresas que não vão comprar os seus produtos porque os seus produtos estão a facilitar a realização de atentados a vários direitos humanos na Palestina. A Câmara de Dublin também decidiu não contratar mais a empresa Actipé. Há também um outro

modelo de intervenção no apoio à Causa Palestina que é o das autarquias aprovarem uma moção de apoio ao movimento BDS que sendo de ordem mais geral, não fazendo compromissos mais práticos, não fazendo alterações ao nível das compras públicas mas também representam declarações de apoio ao Movimento de Boicote, Desinvestimento e Sanções.

Embaixador da Palestina – Nabill Abuznaid

O Sr. Embaixador cumprimentou a assistência, agradeceu à Câmara Municipal do Seixal pelo convite para participar na iniciativa e manifestou satisfação em rever algumas pessoas que conheceu na Palestina. Referiu que a delegação viu a vida difícil da Palestina e também o lado positivo da Palestina – cantamos juntos a liberdade em Portugal e a liberdade na Palestina. Agradeceu a visita dos municípios à Palestina e desejou que outros municípios visitem a Palestina também. A relação entre os povos de Portugal e da Palestina são fortes, pois a nossa relação está baseada na justiça, no amor e nos mesmos princípios morais. Manifestou o desejo de que os povos dos dois países continuem a trabalhar juntos até que a Palestina consiga a sua liberdade e autodeterminação. Para que possam visitar a Palestina livre de ocupação e de injustiça.

Agradeceu a outras Câmaras Municipais como a de Palmela, que recebeu em março um grupo de jovens da Palestina, tal como irão receber as Câmaras do Seixal e Portimão. E informou que tem recebido muitos telefonemas da Palestina a felicitarem Portugal pela vitória contra a Holanda. “ Vocês têm muitos amigos lá na Palestina e espero poder continuar a fazer este trabalho de trazer jovens da Palestina a Portugal, para aumentar os laços de amizade entre os nossos povos”.

Mais referiu que depois do que tem sido o sucesso da aproximação entre os nossos povos que estão a pensar trazer um grupo de dança, um grupo folclórico da Palestina para as comemorações do Dia Internacional da Palestina e, sendo ainda apenas uma ideia que não sabem se tem viabilidade, gostariam que a ser concretizada pudesse envolver vários municípios.

Mais acrescentou que é muito importante trabalharmos agora em conjunto, pois o povo da Palestina está sob uma grande pressão ameaçadora, especialmente agora, sabendo os resultados das últimas conferências internacionais – há uma conspiração internacional contra o povo da Palestina, graças ao silêncio internacional, o silêncio europeu e o apoio cego dos Estados Unidos. E não vão deixar de lutar contra o Presidente Trump e a sua política contra a Palestina. Têm muitos desafios, mas não há outra opção só a da vitória e da justiça para o povo da Palestina. E terminou agradecendo, saudando a luta dos povos e expressando um desejo. “Muito obrigado, Viva a Luta dos Povos! E oxalá a vitória da Palestina seja em breve!”

Presidente da Câmara Municipal do Seixal – Joaquim Santos

Encerrou os trabalhos, agradeceu uma vez mais a participação de todos na reunião e na sessão sobre a Palestina. Fez referência à importância da visita que alguns municípios do movimento realizaram à Palestina, onde puderam contactar com a realidade que lá se vive mas também com diversos municípios e governos regionais, bem como o secretário geral do OLP, considerando este contacto muito importante para percebermos as dificuldades que as instituições e as nossas congéneres atravessam na Palestina, fruto da situação de ocupação e agressão. Mas também o compromisso que assumimos de podermos cooperar do ponto de vista cultural, económico e social. Sendo que cada um dos municípios e cada um de nós tem essa missão individual e coletiva, de dentro da sua esfera de ação fazer o máximo que entender e que poder para

que possamos levar mais longe esta luta de libertação da Palestina. E acrescentou que será muito importante que as câmaras possam, dentro dos seus executivos municipais, apresentar estas várias realidades e possibilidades de apoio e desenvolver pelo menos aquela que seja mais simples. Referiu ainda que o contexto político internacional não é fácil, que o nosso contexto nacional e de trabalho também não o é mas que a nossa visita à Palestina deu esperança aquelas pessoas e por isso temos essa responsabilidade de concretizar. Por mais pequeno que seja o passo devemos tentar fazer algo. Referiu que da parte do Município do Seixal estão muito empenhados, não apenas em receber os jovens mas também em acolher o grupo cultural que virá brevemente da Palestina. Mais acrescentou que o Município do Seixal poderia elaborar também um texto que pudesse servir de base para uma petição para o reconhecimento do Estado da Palestina pelo Estado Português. Um texto simples que salientasse o direito a uma vida digna por parte dos Palestinos e que pudesse merecer o acordo dos Municípios pela Paz e depois poder-se-ia ver a forma de fazer chegar essa petição às várias instituições, porque essa é a missão do Movimento dos Municípios pela Paz.

Agradeceu a todos, ao CPPC ao MPPM, ao BDS nacional e Internacional e muito especialmente ao Sr. Embaixador. Garantindo que o Movimento irá continuar a trabalhar pela sua missão de Paz e pela Palestina também.

À Consideração

Maria Helena Palacino

25/07/2019